

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da ação da vossa força política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça», particularmente num momento em que muitos imigrantes residem em Portugal?

Os valores republicanos, laicos e humanistas fazem parte do ADN do PAN e o combate pela garantia de uma maior liberdade individual é uma das nossas prioridades para a próxima legislatura. Sem prejuízo de outras medidas que serão objeto de desenvolvimento nas próximas questões, o PAN entende que é essencial garantir a liberdade individual no domínio da saúde por via de duas medidas: por um lado, queremos a regulamentação urgente da lei que regula a morte medicamente assistida, para que este ato de liberdade individual possa sair do papel e ser praticado por quem queira; por outro lado, queremos assegurar a efetiva implementação da lei da Interrupção Voluntária da Gravidez e o pleno respeito pelos direitos nela consagrados, através da regulamentação clara do direito à objeção de consciência dos profissionais de saúde e da criação de uma resposta estruturada no âmbito da linha SNS 24 a mulheres que queiram recorrer à interrupção voluntária da gravidez.

Ao nível da educação vamos rever o Estatuto do Aluno para garantir a inclusão do direito à não-discriminação em razão da cidadania, do território de origem e das características pessoais, atualmente omissos apesar de estarem constitucionalmente consagrados.

2. São favoráveis à revogação da Concordata (que não confere direitos, atribui privilégios) e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma que esta seja plenamente aplicável à igreja católica, progredindo, portanto, para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

Relativamente à Concordata o PAN defende e prevê no seu programa eleitoral a proposta de se assegurar uma revisão e renegociação da Concordata, com vista à garantia dos direitos humanos, em particular dos Direitos da Criança, revendo e prevenendo, entre outras matérias, a questão do segredo de confissão, nomeadamente quando estão em causa crimes de abuso sexual de menores por membros da Igreja ou a ela ligados.

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos por religião num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

Essa é uma matéria que não foi objeto de reflexão interna pelo partido, algo que vamos empreender no decurso da próxima legislatura e que se afigura como necessária até devido à existência da disciplina de educação para a cidadania.

4. Defendem a revogação do n.º5 do artigo 135 do Código do Processo Penal, que coloca o segredo religioso acima do sigilo das profissões laicas, e também a revogação do artigo 5.º da Concordata, que estipula que os «eclesiásticos não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do seu ministério»?

Sim. Defendemos uma revisão e renegociação da Concordata, com vista à garantia dos direitos humanos, em particular dos Direitos da Criança, revendo e prevendo, entre outras matérias, a questão do segredo de confissão, nomeadamente quando estão em causa crimes de abuso sexual de menores por membros da Igreja ou a ela ligados.

5. São favoráveis ao fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas, universidades e Forças Armadas, entre outras)?

Tendencialmente somos favoráveis a que essa seja uma reflexão a realizar e que a manter-se a realização de tais cerimónias seja assegurada, por um lado, a frequência de carácter facultativo, e, por outro lado, a igualdade entre religiões.

6. São favoráveis a que não denunciar o crime de abuso sexual de menores passe a ser crime para pessoas com responsabilidades, mesmo que temporárias, no cuidado de menores, nomeadamente funcionários de organizações de assistência social e sacerdotes de comunidades religiosas?

Esta é uma reflexão que se deve fazer juntamente com outras que constam do programa do PAN como a revisão dos prazos de prescrição dos crimes sexuais ou a criação de uma Comissão de Reparação, com vista a implementar medidas vejam o seu direito à reparação e indemnização prejudicado por algum motivo, nomeadamente por impossibilidade de prossecução do procedimento criminal correspondente por efeitos da prescrição.

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o n.º1 do artigo 251 e o n.º2 do artigo 252)?

Defendemos que haja uma reflexão sobre este tópico por forma a fazer prevalecer a liberdade de expressão. Contudo, no domínio dos crimes contra a honra o PAN considera que o mais importante é aprovar mecanismos que se traduzem no recurso abusivo a estes crimes. Por isso vamos propor a aprovação de legislação anti-SLAPP (strategic lawsuit against public participation/ ações judiciais de carácter vexatório que apenas pretendem intimidar os denunciante) que proíba estas ações contra qualquer denunciante, designadamente denunciante de crimes de corrupção ou crimes ambientais, e aplique sanções a quem delas faça uso.

8. A Lei n.º 22/2023, de 25 de maio, foi aprovada há já dois anos e continua sem regulamentação. Defendem que o próximo governo regule finalmente esta lei?

Lembre-se que a lei da morte medicamente assistida só não está em plena aplicação no nosso país porque o governo do PS em 2023 não a regulamentou, como lhe competia, algo que foi criticado pelo PAN na altura e que abriu o campo para que as forças mais conservadoras e o PSD fizessem o bloqueio institucional que deu origem ao recente acórdão do Tribunal Constitucional, que prejudica todos aqueles que em sofrimento esperam a operacionalização deste diploma.

O PAN vai garantir uma urgente alteração cirúrgica da lei que regula a morte medicamente assistida por forma a suprir as inconstitucionalidades apontadas pelo Tribunal Constitucional e assegurar a sua posterior rápida regulamentação pelo Governo.